

GAZETA “DA RESTAURAÇÃO” (1641-1642) – A INTRODUÇÃO DO PERIODISMO NOTICIOSO EM PORTUGAL

JORGE PEDRO SOUSA¹

INTRODUÇÃO: A GAZETA (1641-1642)

O periodismo noticioso chegou a Portugal no século XVII, repercutindo no país o movimento periodístico notado noutros pontos da Europa.

Aquela que é considerada por diversos autores (Cunha, 1941; Tengarrinha, 1989; Dias, 2006; Sousa, coord. *et al.*, 2011) a primeira publicação noticiosa periódica portuguesa, a *Gazeta* alcunhada “da Restauração”², surgiu, provavelmente, em novembro 1641. O primeiro número conhecido, único que apresentou frontispício, teve um título extenso: *Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*. De periodicidade mensal, até julho de 1642, a *Gazeta* passou a denominar-se, simplesmente, *Gazeta do Mês de X de 164X*.

Nesse mês de julho de 1642, a *Gazeta* acabou³, por força de uma lei promulgada a 19 de agosto deste ano, que proibia as gazetas “com notícias do reino ou de fora,

¹ Jorge Pedro Sousa, doutor em Ciências da Comunicação, é professor catedrático e pesquisador da Universidade Fernando Pessoa (Portugal), membro do ICNOVA (Portugal) e autor de vários livros e artigos sobre jornalismo e comunicação. jpsousa@ufp.edu.pt

² Recebeu esta alcunha por ter sido publicada no contexto do processo que conduziu à reconquista da independência de Portugal, após 60 anos de monarquia dual com Espanha (1580-1640, denominado Restauração da Independência).

³ Defende-se nesta investigação, conforme se verá, que a *Gazeta de Novas de Fora do Reino*, que começou a circular em outubro de 1642, é outra publicação.



FIG. 1 – O primeiro e o último número da primeira Gazeta “da Restauração”, publicada, tudo o indica, mensalmente, entre novembro de 1641 e julho de 1642. O primeiro número conhecido, de novembro de 1641, é o único com frontispício.

em razão da pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas”. Não se sabe, dado o teor da lei, se no ano da interdição da publicação da *Gazeta* “da Restauração” eram impressas outras gazetas periódicas em Portugal ou se o legislador apenas quis referir-se às publicações ocasionais que então proliferavam, denominando-as, igualmente, “gazetas”. José Manuel Tengarrinha (1989: 31) é de opinião que essa lei “visava também as ‘notícias avulsas’, visto que então só havia uma gazeta”, mas, na realidade, ninguém pode afirmar, com absoluta certeza, a inexistência de outras publicações periódicas regulares portuguesas para além da *Gazeta* nesse ano de 1642. De qualquer modo, o alvará⁴ atribuído a Manuel de Galhegos para publicar a *Gazeta* explicita que só a ele ou a terceiro que ele nomeasse era concedida autorização para editar uma publicação desta índole.

Uma vez que a licença régia para a edição da *Gazeta* foi concedida, a 4 de novembro de 1641, ao clérigo e poeta Manuel de Galhegos, propagandista da causa da Restauração da Independência e homem de confiança do novo poder

4 “Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que, havendo respeito do que na petição atrás escrita diz Manuel de Galegos, e vistas as coisas que alega, tive por bem e me apraz que impressor, livreiro ou outra pessoa de qualquer qualidade que seja não possa imprimir nem vender em todos estes reinos e senhorios as gazetas das novas deste reino, de que na dita petição faz menção, senão o suplicante ou a pessoa que para isso nomear como pede, etc. Lisboa, 14 de novembro de 1641” (Grafia adaptada ao português contemporâneo).

régio⁵, deverá ter sido ele a redigir a publicação, no todo ou em parte⁶, pelo menos até ao número de julho de 1642, o que o elevaria, em termos cronológicos, à condição de primeiro “jornalista” português (ainda que por ofício e não por profissão).

Em outubro de 1642 surgiu uma publicação semelhante à *Gazeta* que publicava notícias quase na totalidade transcritas e traduzidas da *Gazette* francesa⁷, inclusivamente, o que é curioso, mesmo quando as notícias se referiam a Portugal (Teixeira e Sousa, 2015). Essa publicação denominou-se *Gazeta (...) de Novas Fora do Reino*, porque o seu foco foi, inevitavelmente, o estrangeiro, particularmente a França. Em outubro e novembro de 1642, essa nova publicação teve, inclusivamente, periodicidade quinzenal, com a denominação *Gazeta [Primeira ou Segunda] do Mês de X de Novas Fora do Reino*, mas retomou a periodicidade mensal em dezembro⁸. Depois, em especial a partir de 1644, a periodicidade tornou-se, tanto quanto os números existentes (sobreviventes?) permitem entender, mais

5 Manuel de Galhegos (ou Galegos, na grafia da época) nasceu em Lisboa, em 1597, e faleceu na mesma cidade, no dia 9 de junho de 1665. Tornou-se religioso após a morte da mulher. Distinguiu-se como poeta e, durante o tempo em que viveu em Madrid, ainda no período da Monarquia Dual, fez-se amigo de Lope de Vega. Aderiu, porém, à causa da Restauração da Independência, tendo sido um dos seus propagandistas. Neste quadro, terá redigido, por exemplo, a *Relação do que Se Passou na Felice Aclamação do Mui Alto & Mui Poderoso Rey D. Joam IV* (Lisboa, 1641), embora a autoria desta obra também seja atribuída ao padre Nicolau da Maia. Graças a essa fidelidade à causa Restauracionista, foi escolhido, ou teve autorização, para editar a *Gazeta* pelo menos até julho de 1642. Não se sabe, no entanto, se continuou a colaborar com a *Gazeta de Novas de Fora do Reino* (que durará de outubro de 1642 a setembro de 1647), já que o privilégio real para editar esta publicação (em concreto, para traduzir e publicar as relações e gazetas de França) foi atribuído a João Franco Barreto. Pode conjecturar-se, assim, que os conteúdos da *Gazeta* (em especial dos números de junho e de julho de 1642) não agradaram ao poder régio. É de dizer que o verbete sobre Galhegos no tomo III da *Biblioteca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado (1752), é omissivo em lhe atribuir qualquer responsabilidade na redação da *Gazeta*.

6 Tengarrinha (2013: 51) sustenta que Galhegos terá encarregue Miguel de Mascaranhas de Azevedo da função de redator. Cunha (1941: 56-57) também pondera a hipótese de Galhegos ter encarregue outra pessoa de redigir a publicação, pois considera os seus dotes literários superiores àqueles que sobressaíam na publicação. Porém, também não excluiu a hipótese: “de que não fora ele [Galhegos] o seu redator, visto que, escrevendo bem, não provocaria a censura quanto ao estilo, e sendo pessoa muito dedicada ao rei, e por este muito estimada, também não é provável que merecessem os seus escritos a acusação de faltarem à verdade, por forma que desagradasse ao monarca, [mas] pode conjecturar-se, sem absurdo, que, autorizado pela Alvará de concessão, houvesse transferido este para outrem (...)”. Por seu lado, Heitor Martins (1964) defende que foi Manuel de Galhegos que redigiu a *Gazeta*. Na realidade, o seu nome é o que consta no alvará que foi passado, a 4 de novembro de 1641, autorizando a impressão da *Gazeta*, embora o alvará também seja explícito na autorização dada a Galhegos para incumbir terceira pessoa da redação do periódico.

7 Não se trata somente de uma imitação do modelo introduzido pela *Gazette* de França, como, por exemplo, sustenta Tengarrinha (1989: 38). Trata-se, especificamente, de tradução e transcrição dos conteúdos da publicação francesa.

8 O número denominou-se *Gazeta Primeira e Segunda do Mês de Dezembro de Novas Fora do Reino*.

irregular. A partir do número de abril de 1643, a *Gazeta de Novas Fora do Reino* passou a incluir junto ao título da publicação uma espécie de manchete⁹.

Foi já outra pessoa, João Franco Barreto, a obter o privilégio real para traduzir e imprimir as relações de França e suas gazetas, em julho de 1642, passando, em consequência, a publicar a *Gazeta de Novas Fora do Reino*, a partir deste mês. É possível que Manuel de Galhegos não tenha sequer ter estado envolvido na publicação da *Gazeta de Novas Fora do Reino*.

Uma questão merece, pois, ser equacionada. Entre novembro de 1641 e (pelo menos¹⁰) setembro de 1647 houve uma publicação periódica denominada *Gazeta*, pertencendo todos os números conhecidos ao mesmo periódico, conforme, de forma geral, tem sido assumido? Ou a *Gazeta de Novas Fora do Reino* deve ser considerado outro periódico – diferente no título, no foco, no processo editorial (a produção própria de informação sobre Portugal rareia na *Gazeta de Novas Fora do Reino*), no editor, talvez mesmo nos redatores da *Gazeta* publicada entre novembro de 1641 e julho de 1642? São, pois, publicações diferentes, “jornais” diferenciados¹¹, ou trata-se de uma espécie de duas séries de um mesmo “jornal”, decorrendo a primeira série entre novembro de 1641 e julho de 1642 e a segunda série de outubro de 1642 a setembro de 1647?

Assume-se, nesta investigação, que a *Gazeta* publicada entre novembro de 1641 e julho de 1642 é, pelas questões apontadas, uma publicação diferente da *Gazeta de Novas de Fora do Reino* e que, apesar do encadeamento aparente, estes títulos não correspondem, sequer, a duas séries da mesma publicação. As duas publicações, em conjunto, podem ser consideradas as “gazetas da Restauração”. Mas a primeira *Gazeta* portuguesa, primeiro periódico noticioso nacional, é somente aquela que foi publicada, ao que tudo indica, entre novembro de 1641 e julho de 1642.

⁹ Por exemplo: *Gazeta do Mês de Abril de 1643 de Novas Fora do Reino Com o Protesto Que Fez a Sua Santidade o Bispo de Lamego, Embaixador deste Reino de Portugal Quando Saiu de Roma*.

¹⁰ Eurico Gomes Dias (2006: xxiv) considera que da série da *Gazeta* faz parte a *Relação da Famosa Vitória Que Alcançou em 20 de Agosto deste ano de 1648... e Gazeta de Novas e Sucessos de Fora do Reino em que Se dá Conta das Coisas de Nápoles (...)*, de 1648.

¹¹ Cunha (1941), primeiro autor a produzir em profundidade conhecimento sobre a *Gazeta*, refere-se à publicação no plural: *Gazetas*. Tengarrinha (1989), que se baseia, predominantemente, nas descobertas e propostas de Alfredo da Cunha (1941), faz o mesmo. Autores subsequentes repetem-nos, como Dias (2006). Mas o sentido que dão à utilização da terminologia “Gazetas da Restauração” não se refere a esta dúvida aqui e agora levantada. Ora, tratando-se da mesma publicação, deverá ser denominada no singular: a *Gazeta*. Tratando-se de publicações diferentes, a *Gazeta* e a *Gazeta de Novas Fora do Reino* poderão denominar-se no plural, como gazetas, podendo ser alcunhadas “gazetas da Restauração”, mas não faz sentido serem grafadas como *Gazetas da Restauração*, como se se tratasse de uma publicação com esse título.

Tendo em conta os exemplares sobreviventes, a *Gazeta* teve periodicidade mensal (cf. tabela 1). Apresentava-se num formato *in quarto* (13,5 x 19 cm), sensivelmente o atual formato A5, e cada número tinha, habitualmente, 12 páginas, o que obrigava ao pagamento de uma taxa de 6 réis (cf. tabela 1). Os dois primeiros números poderão ter sido impressos por Lourenço de Anvers¹², na oficina herdada de Pedro Craesbeeck, célebre impressor flamengo radicado em Portugal. Os restantes números cujo impressor está identificado foram impressos na tipografia de Domingos Lopes. O número de junho de 1642 não inclui a identificação do impressor, caso raro, já que era obrigatório possuir licença de impressão para a publicação de periódicos. No entanto, as autoridades certamente conheciam onde a *Gazeta* era impressa, pelo que essa omissão não terá gerado grandes sobressaltos. A menos que a omissão do impressor possa já ter decorrido de problemas com o eventual descontentamento do poder régio em relação à *Gazeta*, que ditaria o fim da publicação.

A *Gazeta* apresentava encadeamento, uniformidade e interdependência entre os números (Cunha, 1941: 43) e possuía um objetivo informativo (Tengarrinha, 1989: 35), embora, na verdade, ao contaminar a ambição informativa com a propaganda da Restauração da Independência e da Casa de Bragança, a finalidade da publicação tenha sido *infopropagandística* (Teixeira e Sousa, 2015). Eurico Gomes Dias (2006: xxiii e xxiv) sustenta, ademais, que o objetivo da *Gazeta* foi “veicular todo um volumoso processo de informação e de contrainformação”. O autor destaca, em consequência, que a publicação, além de censurada, era instrumentalizada para se ajustar “à realidade que Portugal ia vivendo” e às circunstâncias concretas da restauração da independência do país e à ascensão ao trono da dinastia de Bragança, ilegítima à luz do direito da época. Assim, as notícias da *Gazeta* devem entender-se “no quadro de uma ampla perspectiva política, militar e diplomática das estratégias nacionais desenvolvidas após o 1.º de dezembro de 1640.” Contudo, o facto de esse mensário ter visto a sua publicação suspensa

¹² Acerca do flamengo Lourenço de Anvers, Inocêncio, no tomo V, p. 196, do seu *Dicionário Bibliográfico*, sugere que se tratará de Lourenço Craesbeeck, nome que surge noutras obras impressas no mesmo período e que pertencia a uma das mais conhecidas famílias de impressores que atuavam em Portugal no século xvii. De notar, ainda, que apesar de os primeiros números da *Gazeta* ostentarem a indicação de que foram impressos por Lourenço de Anvers, não é claro que assim tivesse ocorrido. Na realidade, Lourenço de Anvers (eventualmente, Lourenço Craesbeeck), poderia ser irmão de Paulo Craesbeeck e ambos pertenceriam, assim, à família Craesbeeck, que Dias (1996) apelida de “dinastia de impressores”. Poderia, em consequência, ter sido Paulo, e não Lourenço, a imprimir os primeiros números da *Gazeta*, pois Paulo, residente em Lisboa, imprimia livros em nome do irmão, já que as regras corporativas lhe impediam o exercício simultâneo dos ofícios de impressor e livreiro. Lourenço Craesbeeck, inclusivamente, residiria em Coimbra, onde estava estabelecido como impressor. Porém, não é claro se já residia em Coimbra ao tempo da publicação dos primeiros números da *Gazeta* ou se apenas foi viver para Coimbra em 1643.

TABELA 1 – *Gazeta* – Números publicados

Título	Data em que correu	Impressor	Número de páginas	Taxa (em réis)
<i>Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641</i>	3 de dezembro de 1641	Lourenço de Anvers	12	6
<i>Gazeta do Mês de Dezembro de 1641</i>	11 de janeiro de 1642	Lourenço de Anvers	16	10
<i>Gazeta do Mês de Janeiro de 1642</i>	11 de fevereiro de 1642	Domingos Lopes Rosa	10	6
<i>Gazeta do Mês de Fevereiro de 1642</i>	[8 de março de 1642]	Domingos Lopes Rosa	12	6
<i>Gazeta do Mês de Março de 1642</i>	[10 de abril de 1642]	Domingos Lopes Rosa	12	6
<i>Gazeta do Mês de Abril de 1642</i>	[9 de maio de 1642]	Domingos Lopes Rosa	12	6
<i>Gazeta do Mês de Maio de 1642</i>	[14 de junho de 1642]	Domingos Lopes Rosa	12	6
<i>Gazeta do Mês de Junho de 1642</i>	15 de julho de 1642	[Omisso]	12	6
<i>Gazeta do Mês de Julho de 1642</i>	19 de agosto de 1642	Domingos Lopes Rosa	12	6

em julho de 1642 demonstra que não era um órgão oficial do novo poder régio, mesmo que este possa ter acolhido, acarinhado, incentivado e até subvencionado a publicação. A coroa não deverá ter sido, portanto, a promotora da *Gazeta*. O seu nascimento, provavelmente, terá resultado, sobretudo, do empreendedorismo de Manuel de Galhegos, inspirado pelas publicações congêneres que circulavam na Europa.

Revisitando pesquisas anteriores (Sousa, coord. *et al.*, 2011; Teixeira e Sousa, 2015), esta investigação procurará, pois, à luz das investigações já realizadas, relembrar e caracterizar o discurso da *Gazeta* incidindo em todos os números publicados entre novembro de 1641 e julho de 1642.

A abordagem pode inserir-se dentro da esfera da análise do discurso qualitativa, com um enfoque histórico-cultural, no sentido de que se procuraram interpretar os factos discursivos à luz da conjuntura histórica do século XVII e do que então se entendia por “jornalismo” antes mesmo de se falar com propriedade em jornalismo. Em concreto, procurar-se-á desvelar a estrutura temática demonstrar a ambição informativa as demais características discursivas da *Gazeta* que a identificam com o jornalismo.

Os exemplos escolhidos para ilustrarem as tendências detetadas na *Gazeta* foram selecionados arbitrariamente, após leitura sistemática e integral do *corpus* (constituído por todas as matérias de todos os números do periódico), por constituírem “exemplos-padrão” (Sousa, 2006a: 303-304; Scheufele, 2008a: 969). À análise qualitativa do discurso foi, no entanto, adicionada uma análise quantitativa (análise de conteúdo), com categorias definidas *a priori*, para emprestar mais sistematicidade à investigação. Não se ignoraram, portanto, os contributos positivos que as técnicas quantitativas de análise de um discurso podem oferecer à solidez de uma pesquisa, já que oferecem possibilidades de dedução de conclusões a partir de séries extensas de dados tratados estatisticamente (Scheufele, 2008b: 972-977). Porém, a matriz da investigação realizada é predominantemente qualitativa e, portanto, baseada na indução.

1. O DISCURSO DA GAZETA: ELEMENTOS ESTRUTURAIS

Que tipo de conteúdos ofereceu a *Gazeta* aos seus leitores? Usando dados levantados e apresentados em estudos anteriores (cf. Sousa, coord. *et al.*, 2011; Teixeira e Sousa, 2015), a tabela 2 permite perceber, antes de mais, que ao longo dos seus nove números publicados mensalmente entre novembro de 1641 e julho de 1642 a *Gazeta* publicou 357 peças, atingindo uma média de quase 40 peças por número, tendo cada uma, em média, quase 8 linhas. Portanto, as matérias da *Gazeta* não eram muito longas, provavelmente porque era necessário colocar muitas informações num número reduzido de páginas, e porque o aumento do número de páginas encarecia o custo do periódico e o valor das taxas a pagar.

TABELA 2 – Número de matérias e de linhas na *Gazeta* “da Restauração”

Número de matérias	Número de linhas com informação
357 (média: 39,7 notícias/número)	2774 (média: 319,3 linhas/número)
Média de 7,8 linhas por matéria.	

A tabela 3 mostra, por seu turno, que a *Gazeta* publicou, essencialmente (91% das peças), notícias factuais, categorizadas como sendo os enunciados em que se nararam factos sem serem feitos comentários ou análises aos mesmos, e notícias com comentários (9%). O periodismo português nasceu com uma natureza essencialmente noticiosa, ainda que as notícias da *Gazeta* estivessem, frequentemente, ao serviço da propaganda régia e da causa da Restauração da Independência.

TABELA 3 – Géneros jornalísticos na *Gazeta* "da Restauração"

Notícias factuais		Notícias comentadas		Outros géneros	
N.º	%	N.º	%	N.º	%
325	91	32	9	1	[0]

O levantamento de dados quantitativos sobre a estrutura temática da *Gazeta* efetuado anteriormente no âmbito de um estudo onde se descreve a metodologia empregue e as categorias estipuladas (Sousa. coord. *et al*, 2011: 288-344) demonstrou, por seu turno, que a guerra foi o tópico mais abordado, mas outros assuntos também mereceram a atenção dos redatores (cf. tabela 4)

TABELA 4 – Temário da *Gazeta* (em percentagem)

Temas	%
Guerra e outros assuntos militares (inclui necrologia decorrente das guerras)	47
Administração, política, diplomacia e assuntos internacionais (exclui guerra, inclui tratados)	17
Sociedade e cultura (eventos sociais, eventos religiosos, temas sociais não incluídos noutras categorias, novos livros...)	23
Economia (finanças, comércio, movimentos das frotas coloniais, constituição de companhias de comércio e manufaturas...)	2
Doenças, fome e catástrofes naturais (inclui necrologia decorrente de doenças)	3
Crimes e justiça	3
Acontecimentos insólitos	2
Outros assuntos	3

De facto, a *Gazeta* tem uma narrativa estrutural, quase folhetinesca, por detrás da apresentação desordenada e caótica de notícias sobre diferentes factos – a narrativa da Guerra da Restauração da Independência de Portugal. Uma narrativa, diga-se, consistente, periódica e continuamente destinada a assinalar a vontade, a garra e os triunfos dos portugueses na sua luta pela independência face a Espanha (cf. Sousa, coord. *et al.*, 2011; Teixeira e Sousa, 2015).

2. A INTENÇÃO PRIMEIRA DA GAZETA: NOTICIAR

Embora pudesse fazer propaganda quer da Restauração quer do Catolicismo, de forma clara ou dissimulada, embora pudesse fantasiar em certas notícias ou mesmo falar de acontecimentos inventados e falsos (talvez mais por causa da

credulidade dos redatores do que por mentira intencional), a primeira intenção da *Gazeta* foi a de dar informação, muita dela de produção própria, produzida a partir da observação direta do que se passava, de cartas de correspondentes e do correio diplomático, de relatos orais dos viajantes e de outras fontes.

Na verdade, o propósito principal de um jornal informativo é *noticiar*, responder à pergunta "o que há de novo?", de maneira a que os leitores se sintonzem com o mundo e obtenham informações que podem vir a ser relevantes para a sua vida, para a sua ação e sobrevivência, bem como para a vida, ação e sobrevivência da sua descendência. Dentro das limitações enfrentadas por um jornal seiscenista e tendo em consideração a conjuntura da época, a *Gazeta* "da Restauração" não se afasta desse propósito predominante, nele se concretizando o seu *contrato de leitura* com o leitor, conforme se pode observar na generalidade das notícias, entre as quais as seguintes:

Foi Sua Majestade visitar os armazéns e a Armada Real.

D. Fernando Teles de Faro foi nomeado capitão-mor da vila de Campo Maior. Morreu o conde de Odemira.

Da cidade de Elvas fugiu um soldado estrangeiro cavaleiro. Foram no seu alcance e colheram-no escondido num mato, perto do caminho de Badajoz. Trouxeram-no outra vez para o corpo de guarda e (...) o enforcaram. (dezembro de 1641)

O conde da Vidigueira que vai por embaixador a França está para sair com o primeiro tempo.

O Monteiro-mor do Reino foi para as fronteiras do Alentejo como general de cavalaria.

Rui de Moura Teles vai por governador de Mazagão. (março de 1642)

A *Gazeta* é, assim, um registo sumariado e seletivo de vários acontecimentos ocorridos em Portugal, na Europa e, por vezes, noutros pontos do mundo. Esses acontecimentos foram noticiados em sucessão, sem grandes preocupações de ordem ou hierarquização. Entre muitos outros exemplos que poderiam ser dados, observem-se os seguintes:

Vieram algumas naus de França, as quais trouxeram muitos soldados portugueses que militavam por El-Rei Dom Filipe nas praças da Catalunha.

O General Martim Afonso de Melo mandou algumas tropas de gente sobre a Codiceira vila de Castela, na qual entraram. E depois de fazerem recolher

o inimigo com grandíssimo dano, foram saqueando o lugar e se pôs fogo à maior parte dele.

Estão declarados os capitães da armada Real que se vai aprestando para sair este Verão, que consta de famosos galeões do Estado. (maio de 1642)

Algumas “notícias” da *Gazeta* são descaradamente fantasiosas, mas é possível que esta situação se deva mais a uma hipotética credulidade dos redatores seiscentistas naquilo que ouviam e liam do que a uma intencional difusão de mentiras. Na realidade, emana da generalidade das notícias da *Gazeta* uma *intenção de verdade*, alicerçada num *ânimo de factualidade*. Por exemplo, logo na primeira notícia do primeiro número relata-se um combate naval entre castelhanos e holandeses, mas não se escamoteia que os holandeses, aliados dos portugueses, tiveram “algum dano”, o que fez os seus navios “recolherem-se” ao porto. Entre muitos outros exemplos que poderiam ser dados, na quarta notícia do primeiro número são relatados atos de indisciplina entre os marinheiros do galeão Santa Margarida, opção jornalística que não dava boa imagem do poder real e do estado da frota portuguesa. Até certo ponto, a *Gazeta* mostrava-se, assim, algo incómoda para o poder, devido, precisamente, à sua *intenção de verdade* e à sua ambição de *noticiar* (“*todos*”) *os acontecimentos com valor jornalístico*, o que terá motivado, inclusivamente, a suspensão da sua publicação, em 1642.

A *Gazeta* funcionava, ainda, como uma espécie de *registo historiográfico* do quotidiano, um *registo seletivo*, é certo, distinto da construção da História pelos historiadores mas, paradoxalmente, *fonte* para essa mesma História. A *Gazeta* é, portanto, acima de tudo, um *periódico de novidades*. Não é, nem os seus redatores certamente pretenderam que o fosse, um mero instrumento de propaganda ao serviço da causa brigantina e independentista, embora se detetem intenções propagandísticas da Restauração, como no caso da segunda notícia do primeiro número (novembro de 1641), em que o Rei é apresentado como possuindo “natural benignidade”.

Mesmo as notícias sobre os atos da administração real, que podem parecer propagandísticas, tal como é sugerido pela generalidade dos autores que se debruçaram sobre a *Gazeta*, podem ser encaradas como as notícias contemporâneas sobre os atos de governo:

Despachou El-Rei Nosso Senhor ao Conde da Vidigueira por embaixador em França, para assistir na Corte de Paris.

Dom Antão de Almada (que foi por embaixador extraordinário a Inglaterra) fica assistente para tratar dos negócios do Reino.

(...)

Estão nomeados mestres de campo Cristóvão de Mello, filho do monteiro-mor do Reino, e Dom Sancho Manuel. (novembro de 1641)

Efetivamente, ao contrário de leituras mais apressadas, as notícias sobre a governação de D. João IV, em que o soberano e outros governantes surgem *exercendo o poder*, o que reforçava e contribuía para legitimar a sua posição, não devem ser vistas como mera propaganda, mas sim como matérias de interesse público, pois permitiam conectar os cidadãos com a realidade política do país. Ao dar conta dos atos dos governantes que poderiam ter repercussão direta na vida do país e dos seus habitantes, a *Gazeta* não fazia, em consequência, mais do que a sua “*obrigação jornalística*”, tal e qual como faz qualquer periódico generalista contemporâneo.

3. MODERNIDADE “JORNALÍSTICA” DA GAZETA “DA RESTAURAÇÃO”

A primeira consideração que deve ser feita sobre o jornalismo português seiscentista é o de que ele se aproxima no estilo do jornalismo contemporâneo. Longe ficavam, nomeadamente, as *Relações* de Manuel Severim de Faria, que começavam e acabavam como cartas (cf. Sousa, coord. *et al.*, 2006b). Na *Gazeta*, não só se vai direto às notícias como também estas são claras e, frequentemente, concisas:

A Armada Real de Castela anda dividida em duas esquadras, uma no cabo de São Vicente e outra na barra de Cádiz, esperando a frota. É general o duque de Maqueda. (novembro de 1641)

Morreu o conde de Odemira. (dezembro de 1641)

Um segundo aspeto relevante que deve ser considerado relaciona-se com as respostas que se procuravam dar ao leitor no enunciado jornalístico. Responder às perguntas tradicionais do enunciado noticioso (Quem? O quê? Quando? Onde? Como? Porquê?) não é uma invenção contemporânea, mas sim uma invenção da retórica clássica, muito bem recuperada pelo jornalismo. Por isso, cientes dos princípios estabelecidos pela retórica clássica, que Peucer, inclusivamente, referiu na sua tese doutoral de 1690 (a primeira tese mundial sobre jornalismo e comunicação), também os redatores da *Gazeta* procuraram, nas notícias, explicitar as circunstâncias de sujeito (quem?), objeto (o quê?), lugar (onde?), tempo (quando?) e, por vezes, também de modo (como?) e causa (porquê?):

De Entre-Douro e Minho [onde?], no primeiro sábado deste mês [quando], veio uma carta em que se avisa que um capitão de infantaria francês, tenente-coronel [quem?], enfadado da suspensão das armas e do grande ódio em que os soldados estavam na cidade de Braga, por causa do Inverno [porquê?], deliberou sair em campanha e entrar pelas terras dos inimigos (...) [o quê?]. (março de 1642)

Quarta-feira de Cinzas à tarde [quando?] saiu da cidade de Elvas [onde?] Gaspar Pinto Pestana, comandante de cavalaria, com 700 cavaleiros [quem?], e foi alojar-se a Campo Maior [onde?]. Logo foram duas companhias reconhecer o campo e encontraram num posto [como?], a que chamam o Cabeço da Cerva, junto ao rio de Abrilongo [onde?], um clérigo castelhano, que chamam o licenciado Gordito, com 25 cavalgaduras e alguns soldados de escolta [quem?]. Deram neles, mataram-lhes seis homens, renderam os restantes, tomaram as cavalgaduras e deram uma ao clérigo para que se fosse [o quê e como?] (...). (março de 1642)

As notícias seiscentistas eram, tendencialmente, factuais. Mesmo as mais longas eram construídas com base no mesmo entrelaçado de factos a que Tuchman (1978) se referiu como a *teia de facticidade*, sendo que o desenvolvimento da ação assentava num modelo diacrónico ou cronológico. Observe-se como a notícia anterior continua:

Quarta-feira de Cinzas à tarde saiu da cidade de Elvas Gaspar Pinto Pestana, comandante de cavalaria, com 700 cavaleiros, e foi alojar-se a Campo Maior. [Facto 1]

Logo foram duas companhias reconhecer o campo e encontraram num posto, a que chamam o Cabeço da Cerva, junto ao rio de Abrilongo, um clérigo castelhano, que chamam o licenciado Gordito, com 25 cavalgaduras e alguns soldados de escolta. [Facto 2]

Deram neles, mataram-lhes seis homens, renderam os restantes, tomaram as cavalgaduras e deram uma ao clérigo para que se fosse. [Facto 3]

No dia seguinte, saiu de Campo Maior o comissário com a cavalaria e com 500 mosqueteiros. [Facto 4]

Correu à campanha e deixando os mosqueteiros de emboscada num posto que chamam Nossa Senhora da Botouva (que é na passagem para Badajoz) [Facto 6]

escalou os campos de Vilar del Rei, deu volta ao lugar e seus contornos [Facto 7]

E chegou-se tanto que dentro das trincheiras mataram dois cavaleiros [Facto 8]

Mas os nossos tiraram a vida a trinta castelhanos e aprisionaram 24. [Facto 9]

E não houve em todo aquele circuito herdade, moinho, quinta, seara, defesa ou olival que não alcançasse o destroço deste assalto. Depois de não ter o que destruir, retirou-se o comissário com grande número de vacas, porcos, ovelhas, cabras, cavalgadas e muitas cargas de roupa branca. [Facto 10] (março de 1642)

Pode-se ver ainda que os redatores da *Gazeta* já evidenciavam preocupações jornalísticas de tom contemporâneo, mostrando que os valores jornalísticos e as constantes norteadoras do profissionalismo jornalístico têm raízes históricas que recuam ao século XVII ou, para sermos mais precisos, recuam aos tempos clássicos em que gregos como Tucídides, Xenofonte e mesmo, até certo ponto, Heráclito começaram a escrever história animados da dupla intenção da verdade e da facticidade. Observam-se na *Gazeta*, nomeadamente:

1) Preocupações de credibilizar a informação pela referência às fontes, ou mesmo pela crítica dessas mesmas fontes:

As mais destas novas são colhidas de cartas e pessoas dignas de crédito, que vieram de várias partes. E o que se diz do bispo de Lamego se sabe por via da nau de Inglaterra que veio no mês passado. E de Itália, havia já aqui carta em que se diz que ficava em Leorne, de onde se vai a Roma em pouco mais de três dias. (dezembro de 1641)

2) Intenção de verdade, traduzida, por exemplo, pela correção de informações:

No que se diz na *Gazeta* de Dezembro acerca de São Tomé se advirta que o governador Manuel Quaresma era já morto. (fevereiro de 1642)

3) Citações, mecanismo de defesa do jornalista e de credibilização da informação que também empresta vivacidade ao relato:

Neste ponto olhou o cura para os nossos, que estavam perto, e defronte dele, e começou a dizer em altos gritos: "Senhores portugueses, aqui está um castelhano vivo entre estes mortos, acudam vossas mercês e levem-no, que eu não trago comissão para retirar vivos e não quero enganar a ninguém, que sou cristão e temo a Deus". [aspas nossas] (janeiro de 1642)

4) Preocupação em datar e localizar as notícias:

A nova da Ilha Terceira, de que se fala (...) na gazeta do mês de março, veio aos oito do mês de abril no navio Sol Dourado. (abril 1942)

5) Notícias de última hora:

No mesmo ponto em que se acabou de imprimir este papel, veio da ilha Terceira Jorge de Mesquita e trouxe aviso de que a fortaleza se havia rendido e estava já por El-Rei Nosso Senhor. Por ser nova de grande alegria para este Reino, se pôs nesta Gazeta, não obstante pertencer à do mês de Abril. (março de 1642)

Ainda do ponto de vista jornalístico, e interessante notar que a *Gazeta* segue os assuntos que noticia. Há notícias em desenvolvimento e desenvolvimentos das notícias anteriores. O caso das notícias das guerras é o mais visível, mas outras matérias também cabem no exemplo, como as notícias sobre o destino de hipotéticos conspiradores:

O conde de Castanheira, que estava preso numa torre de Setúbal, pediu a El-Rei nosso Senhor que lhe mudasse a prisão porque estava indisposto e El-Rei nosso Senhor (...) o mandou trazer para o castelo de Lisboa" (novembro de 1641).

O conde de Castanheira, o conde de Vale de Rei e Gonçalo Pires de Carvalho estão já em suas casas. (dezembro de 1641)

É, finalmente, de salientar que, à semelhança dos jornais contemporâneos, também a *Gazeta* possuía "secções", pois as notícias eram segmentadas entre as do reino e as de fora do reino (o "internacional").

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Gazeta* ofereceu ao público notícias sobre uma grande variedade de assuntos, cumprindo uma função noticiosa, mas também historiográfica, constituindo um indício da forma peculiar de se verem a si mesmas e de olhar para o mundo das elites pró-independência do Portugal Restaurado. O noticiário da *Gazeta* é diversificado, ainda que desequilibrado, já que se centra nos conflitos bélicos, devido quer ao interesse estratégico dos portugueses nos mesmos, quer ao misto de atração e temor que as guerras suscitam.

Assim, num tom algo *laico e seco*, a *Gazetas* contribuiu, como acontece com os jornais atuais, para levar os seus leitores a construir referências compartilhadas, mais ou menos indiciáticas, sobre o mundo, integrando e categorizando o particular no geral; embora ao mostrar e evidenciar algo, inevitavelmente também tenha ocultado algo, a *Gazeta* concorreu para edificar conhecimento comum sobre o mundo, para arquivar um acervo social de conhecimento. Um conhecimento não estrutural, é certo, mas um conhecimento – o conhecimento jornalístico, que, em grande medida, depende dos enquadramentos impostos aos acontecimentos. A *Gazeta* produziu, conseqüentemente, efeitos cognitivos no público.

BIBLIOGRAFIA

- Cunha, A. da. (1941). *Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)*. Separata das Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, classe Letras, 4. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Dias, E. G. (2006). *As Gazetas da Restauração: [1641-1648]. Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas [edição Transcrita]*. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- [Herculano, A.] (1838). *Gazetas. Origem das Gazetas em Portugal. Panorama. II* (48), 31 de março de 1838: 101-102.
- Martins, H. (1964). *Manuel de Galhegos. Um poeta entre a Monarquia Dual e a Restauração*. Anadia: Tipografia Cisial.
- Peucer, T. (2000). Os relatos jornalísticos. *Comunicação e Sociedade*, 33: 199-214. (Tradução de De relationibus novellis. Leipzig: Tese de Doutorado em Periodística – Universidade de Leipzig, 1690.)
- Scheufele, B. (2008a). Content analysis, qualitative. In: W. Donsbach, (ed.), *The International Encyclopedia of Communication*, vol. III (967-972). Oxford: Blackwell Publishing.
- Scheufele, B. (2008b). Content analysis, quantitative. In: W. Donsbach, (ed.), *The International Encyclopedia of Communication*, vol. III (972-978). Oxford: Blackwell Publishing.
- Sousa, J. P. (2006a). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. 2.ª edição revista e ampliada. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (coord.) et al. (2006b). *A génese do jornalismo lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (coord.) et al. (2011). *A Gazeta “da Restauração”, primeiro periódico português: uma análise do discurso*. Covilhã: Livros LabCom/Universidade da Beira Interior.
- Teixeira, P. & Sousa, J. P. (2015). *Contar o Mundo no século XVII. O discurso dos dois primeiros jornais portugueses: a Gazeta “da Restauração (1641-1647) e o Mercúrio Português (1663-1667)*. Lisboa: Media XXI.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ª edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova história da imprensa portuguesa. Das Origens a 1865*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Tuchman, G. (1978). *Making news: a study in the construction of reality*. New York: MacMillan.